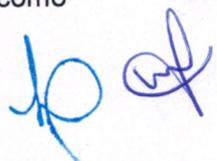


35 Sr. Aurilneu Tizot, representante da **SEAF**; Sra. Leticia Bertaia, representante da **SES**;
36 Sr. Walter Valverde Junior e Sr. Eldo Leite Gattas Orro, representantes da **SEDEC**; Sr.
37 Leodenil Alves Duarte, representante da **SEDUC**; Sr. César Esteves Soares,
38 representante do **IBAMA**; Sr. Roberto da Silva Vargas, representante do **DNPM**; Sr.
39 Ibraim Fantin da Cruz, representante da **UFMT**; Sr. Francisco Lledo dos Santos,
40 representante da **UNEMAT**; Sra. Sara Suely Attílio Caporossi, representante da **ABES**;
41 Sr. José Roberto Ribeiro, representante da **ABAS**; Sr. Kaio César Dias Bueno,
42 representante da **AMM**; Sra. Laura Garcia Venturi Rutz e Sra. Lucélia Denise Perin Avi,
43 representantes da **FAMATO**; Sra. Monicke Sant'Anna P. de Arruda, representante da
44 **FIEMT**; Sr. Eduardo Leite de Barros Oliveira e Sr. Marcelus Mesquita, representantes do
45 **SINDENERGIA/MT**; Sra. Alessandra Panizi Souza, representante da **OAB**; Sra. Ingrid
46 Leite de Oliveira, representante dos **CBH's**; Sr. Mauro Donizeti Ribeiro, representante do
47 **IESCBAP**; Sr. Vicente Falcão de Arruda Filho, representante do **Instituto Ação Verde**;
48 Sr. Édio Ferraz Ribeiro e Sra. Inês Martins de Oliveira Alves, representantes da **ÁGUAS**
49 **CUIABÁ**; Sr. Herman Oliveira e Sra. Simoni Maria Loverde Oliveira, representantes do
50 **Instituto Caracol**; Sr. Marlon Fedrizzi e Sra. Adryeli Aparecida da Costa Miranda,
51 representantes da **APROFIR**; Sr. Igor Cesar Davoglio e Sra. Patrícia D'Oliveira Marques,
52 representantes da **AQUAMAT**. A Reunião foi aberta pela Sra. Lilian, que se apresentou
53 aos novos Conselheiros, informando-os que estava representando a Secretária de Meio
54 Ambiente e Presidente do CEHIDRO, Mauren Lazzaretti, pois esta encontra-se em
55 viagem. Na sequência, destacou a importância do CEHIDRO para a Política Estadual de
56 Recursos Hídricos, informou ao pleno a publicação do Decreto nº 362, de 11 de fevereiro
57 de 2020, que regulamenta o CEHIDRO, bem como a publicação da Resolução nº 121, de
58 12 de fevereiro de 2020, que nomeia os representantes das entidades/órgãos para
59 atuarem junto ao CEHIDRO no biênio 2020/2021. Passou então ao primeiro item da
60 pauta, qual seja, dar posse aos Conselheiros presentes para atuarem junto ao CEHIDRO
61 no biênio 2020/2021. Após, passou-se ao próximo item da pauta, com a apresentação das
62 Atribuições e Competências do CEHIDRO, pelo Sr. Luiz Henrique Magalhães Noquelli,
63 que destacou a política de recursos hídricos e suas normativas, o Sistema Estadual de
64 Recursos Hídricos, as competências do CEHIDRO instituídas pela Lei nº 6.945/1997, as
65 competências do CEHIDRO instituídas pelo Decreto nº 362/2020, as atribuições dos
66 Conselheiros constantes no Regimento Interno do Conselho, a estrutura organizacional
67 do CEHIDRO, a composição do CEHIDRO para o biênio 2020/2021, o funcionamento do
68 Conselho Pleno, as reuniões do Conselho, as formas de manifestação do CEHIDRO, a

69 participação do CEHIDRO no Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH,
70 destacou os programas e ações para o fortalecimento do Sistema Estadual de Recursos
71 Hídricos, os Comitês Estaduais de Bacias Hidrográficas instituídos no estado, destacou
72 algumas das atuações do CEHIDRO ao longo de sua existência e, informou acerca do
73 portal de acesso do CEHIDRO. Finda a apresentação, a Conselheira Laura, representante
74 da FAMATO, perguntou se o Decreto nº 362 alterou algo com relação as Câmaras
75 Técnicas - CT, a nomenclatura da CT de Águas Subterrâneas para CT de Águas
76 Subterrâneas e Superficiais. O Secretário Executivo, informou que no Decreto nada foi
77 alterado com relação as Câmaras Técnicas, com relação a CT de Águas Subterrâneas
78 informou que fora definido pelo pleno em reuniões anteriores que como já havia o número
79 máximo de CT's instituídas, e havia a necessidade de se analisar assuntos de água
80 superficial resolveu-se que a CTAS ficaria responsável por analisar assuntos de águas
81 superficiais e diluição, sem alteração da nomenclatura. No entanto, como será necessário
82 a reformulação das CT's, devido a alteração na composição do CEHIDRO, tais alterações
83 serão realizadas. Na sequência o conselheiro José Roberto, representante da ABAS,
84 perguntou se devido as atribuições do CEHIDRO, não deveria ter sido levado ao
85 Conselho a questão do TAC dos poços, firmado entre o Ministério Público, Águas Cuiabá
86 e SEMA, já que o CEHIDRO é um órgão deliberativo, consultivo? Será que essa decisão
87 caberia somente a SEMA?. O Secretário Executivo informou que no ano de 2018 o
88 Ministério Público baixou um TAC entre SEMA, Subprocuradoria e Ministério Público, que
89 a partir de janeiro de 2019 não seriam aceitos processos de outorga ou de perfuração de
90 poços, diante disso o CEHIDRO encaminhou por várias vezes moção ao Ministério
91 Público, para que este viesse ao CEHIDRO se posicionar quanto aos diversos
92 questionamentos que este assunto desencadeou, porém, o Promotor a frente desse TAC
93 não atendeu as solicitações feitas por esse Conselho. Quando a nova gestão de
94 Recursos Hídricos assumiu, o TAC já estava em vigor, de modo que a nova gestão teve
95 que cumpri-lo. Destacou que a equipe técnica da SEMA sempre foram contrários ao TAC.
96 Disse ainda que, atrelado ao TAC fora encaminhado a SEMA uma notificação, no sentido
97 de não atender o disposto no TAC, após manifestação de vários setores da sociedade o
98 TAC foi suspenso devido a uma decisão judicial. Nesse diapasão, a conselheira
99 Alessandra, representante da OAB, pediu a palavra. Informou que fora emitida uma
100 liminar suspendendo a cláusula do TAC que proibia a emissão de novas outorgas e/ou
101 renovação, o Ministério Público recorreu dessa decisão, conseguindo suspender a
102 validade da liminar, porém, nós recorreremos dessa decisão e conseguimos revertê-la.

103 Então hoje, estamos sob uma liminar na qual permite que os poços sejam regularizados,
104 protocolados e emitidas as outorgas. O Sr. Luiz Noquelli disse que devido aos
105 acontecimentos a SEMA possui hoje um volume muito grande de processos atrasados
106 para serem analisados a emissão de outorga na área urbana de Cuiabá. Disse que fez
107 um questionamento ao Gabinete da SEMA questionando o seguinte: e se a liminar cair,
108 como é que fica esses processos dados outorga com base em uma liminar?. A SEMA
109 informou que isso será decidido pelo juiz. O Conselheiro José, representante da ABAS,
110 perguntou que será que esse TAC poderia ter sido assinado pela SEMA sem a anuência
111 do CEHIDRO? Se acontecer em outro TAC, em outra situação, o Conselho será ouvido
112 ou a SEMA vai passar por cima do Conselho em uma decisão que altera profundamente a
113 aplicação da política estadual de recursos Hídricos?. A Secretária Adjunta Lilian Ferreira,
114 informou que entende que não houve choque de competências nesse caso porque a
115 SEMA tem a atribuição de assinar Termos de Ajustamento de Conduta, se assim
116 entender que há alguma conduta a ser regularizada, sem ouvir o Conselho, isso serve
117 tanto para o CEHIDRO quanto para o CONSEMA. Não houve conflito de competências,
118 uma vez que, se houvesse a própria Subprocuradoria teria alertado a Gestão da SEMA a
119 época. Argumentou que, é sempre salutar que os Conselhos sejam ouvidos, embora seja
120 uma decisão da Gestão que está à frente da Secretaria. O Secretário Executivo,
121 complementou dizendo que a atual gestão à frente da Secretaria está buscando sempre
122 que possível ouvir o Conselho, por isso, a gestão correu atrás, discutiu o TAC, não
123 concordou com vários pontos do TAC. No entanto, isso vai muito da gestão que está à
124 frente da Secretaria. A Sra. Lilian Ferreira, disse que havia inclusive uma proposta de
125 aditivo do TAC, que deveria ter sido assinado o ano passado, uma vez que, nós
126 discutimos esse TAC com o Ministério Público, por alguns meses fizemos várias
127 solicitações de alteração que a princípio seriam acatadas, o Ministério Público se dispôs,
128 fizemos uma nova minuta do TAC, porém, houve uma mudança de titularidade dentro da
129 Promotoria, quem estava à frente da Promotoria na época era o Dr. Gerson, ele saiu para
130 fazer mestrado e, com isso houve uma descontinuidade da tratativa, então nós teremos
131 que recomeçar a discussão com o Ministério Público, caso haja interesse. O Conselheiro
132 José Roberto, disse que espera que esse assunto seja discutido no CEHIDRO. A
133 Secretária Lilian, disse que espera que esse assunto não tenha que ser discutido
134 novamente, que espera que continue da forma como está. Mas, que é um assunto que
135 sinceramente não tem como garantir que não possa mudar. O Conselheiro Eduardo
136 Oliveira, representante do SINDENERGIA, pediu a palavra para se manifestar não como



137 conselheiro, mas sim como usuário de água, disse que possui um poço em sua residência
138 formalizado dentro da SEMA, com outorga publicada no Diário Oficial, ou seja, totalmente
139 legal. Disse que gostaria que a SEMA tivesse ouvido o CEHIDRO um pouco mais, se
140 manifestado um pouco mais contra o TAC, como os técnicos fizeram por escrito. Agora,
141 acredita que foi falta de sensibilidade do Ministério Público, não sabendo dizer se foi na
142 pessoa do Promotor a época, ou do órgão MP em si, mas que nunca quis ouvir ninguém,
143 discutir e debater. Outra coisa, que também lhe causa estranheza é o fato de que quando
144 você faz isso para um município, no caso na Capital, mas poderia ter sido em um
145 município menor do interior, onde opera uma empresa, uma concessionária como é aqui,
146 você pode estar abrindo precedente para outros casos até mesmo em nível estadual e
147 talvez o tema não tenha uma situação de concorrência, é diferente de telefonia, é
148 diferente de aviação onde você tem três, quatro, ou mais empresas concorrendo. No
149 caso, é uma única empresa que atende, só ela, não tem concorrente e você está bem
150 dando de presente isso para ela, isso não aconteceu em outros municípios. Outros
151 municípios, como Várzea Grande poderia dizer, mas espera aí se Cuiabá tem isso, eu
152 não tenho. Gera um desequilíbrio financeiro. Para os que são novos nesse debate, nós
153 opinamos que realmente se esse TAC vigorar, vai prejudicar os poços regularizados,
154 outorgados e não os clandestinos, porque quem sabe onde estão os clandestinos?.
155 Quando a SEMA aceitou o TAC, e ela teria que ajudar a cumpri-lo, tamponando os poços
156 em geral. A SEMA possui apenas o endereço daqueles que deram entrada no
157 licenciamento dos poços, como eu, mas ela não tem o conhecimento dos poços
158 clandestinos. Então quer dizer, a gente só prejudica os outorgados, que pagaram, que
159 são fiscalizados, análise da água e tudo mais. E os clandestinos vão estar sendo
160 favorecidos, na verdade. É bem esse o recado. A Sra. Lilian argumentou que, na verdade,
161 com a assinatura do TAC a SEMA se reuniu com a Águas Cuiabá e com o Promotor,
162 como estávamos revisando o TAC, e houve um compromisso da Águas Cuiabá de nos
163 passar informações de possíveis usuários clandestinos, não licenciados, não outorgados
164 dentro da Secretaria, e eles nos passaram essa informação, então nossa fiscalização tem
165 também uma programação de fiscalizar essas informações recebidas pela Águas Cuiabá.
166 Então assim, o nosso propósito, independente da validade ou não do TAC, é que nós
167 possamos atuar na fiscalização, que é nossa atribuição e ir até essas áreas que foram
168 informadas pela Águas Cuiabá, para que possamos notificar o empreendedor para
169 legalizar o seu poço ou fazer outorga, dependendo de cada caso. O Conselheiro Eduardo
170 Oliveira, representante do SINDENERGIA, disse que apoiam o tamponamento dos poços

Handwritten signatures and notes at the bottom of the page, including a large signature on the left and two smaller ones on the right.

171 clandestinos. A Conselheira Inês Martins, representante da ÁGUAS CUIABÁ, pediu a
172 palavra, disse que realmente essa situação do TAC gerou muita polêmica. Mas assim,
173 nos voltemos na formalidade e no que constitui uma concessão. A concessão ela dá o
174 direito, ou seja, a Prefeitura de Cuiabá dá direito a Águas Cuiabá, que coloca o perímetro
175 urbano de Cuiabá todo dentro do contexto. Essa semana tivemos a visita de vários
176 empresários, da Federação das Indústrias na ETA SUL, cujo primeiro módulo de 250 l/s já
177 está em operação e em final de março passará a atender toda a região do Coxipó, com
178 750 l/s, e vai dar uma amenizada nessa questão da água. Eu acho que como teve muito
179 tempo dessa questão da dificuldade de abastecimento e não permitindo expansão, que
180 gerou essa necessidade de todo mundo começar a furar poço, em condomínio horizontal,
181 condomínio vertical. Então foi para um período emergencial vamos dizer assim, diante da
182 dificuldade do abastecimento. Com essa nova concessão, implantando 100% do
183 município de Cuiabá. Então é uma situação que acaba gerando um conflito de poder ter
184 abastecimento próprio, mas desde que atenda as normas. Quando a gente pega as
185 normas que a Águas Cuiabá obedece em termos de exame, de análise e, fornecer água
186 com qualidade de fato, e você compara com as águas que são fornecidas de poços
187 dentro dos prédios, que não tem um controle, uma fiscalização efetiva, possuem uma
188 análise muito primária. Então começou a se pensar naquele se tiver o poço, mas se você
189 não usar para consumo humano é uma situação, então isso foi discutido com o Ministério
190 Público. Então acredito que isso ainda não chegou há um ponto final, ainda teremos
191 algumas cenas ou novos capítulos por aí. Mas, só para esclarecimento, há hoje uma
192 situação diferente em que a concessionária consegue atender o município como um todo,
193 com qualidade e com disponibilidade para expansão. Finda a discussão, o Secretário
194 Executivo passou ao próximo item da pauta, a aprovação da pauta da 82ª reunião
195 Ordinária do CEHIDRO, realizada em 07 de novembro de 2019. Não havendo nenhuma
196 alteração a mesma foi aprovada por unanimidade. A conselheira Alessandra,
197 representante da OAB, solicitou a inversão da pauta. Então passou-se a apreciação da
198 Minuta de Resolução nº XX, que institui Grupo de Trabalho para revisão do Regimento
199 Interno do CEHIDRO. O Secretário Executivo, justificou que o Regimento Interno precisa
200 ser melhorado, uma vez que, no ano passado nós tivemos questões que não foram
201 dirimidas pelo Regimento Interno, e tivemos que recorrer até ao Conselho Nacional e eles
202 nos respondeu que se não está previsto no RI, não há o que fazer. Então é por esse
203 motivo que o regimento interno tem que ser revisto de capa a capa. As seguintes
204 instituições/órgãos se manifestaram em constituir o Grupo de trabalho: FIEMT, FAMATO,

205 OAB, SINDENERGIA, AQUAMAT, APROFIR, ABES, SINFRA, SEDEC, IESCBAP,
206 Instituto Caracol, Águas Cuiabá, Comitês de Bacia Hidrográfica intuídos. Como o número
207 de entidades/órgãos interessadas em integrar o GT ultrapassou a quantidade de
208 integrantes proposto na minuta, a FAMATO e a FIEMT sugeriram que fosse agendada a
209 primeira reunião do grupo e que todos os interessados compareçam na referida reunião, e
210 lá decidam entre si quais as entidades/órgãos que integrarão o GT. O que fora aceito pela
211 Plenária. A reunião ficou agendada para o dia 11 de março de 2020, com local e horário a
212 serem definidos e informados via e-mail a ser encaminhado pela Secretaria Executiva. Na
213 sequência, o Sr. Noquelli, destacou que o motivo pelo qual a apresentação da Nota
214 técnica será realizada, é cumprir o estabelecido nas Resoluções CEHIDRO 68 a 72,
215 ambas de 11/09/2014, que tratam acerca do enquadramento transitório de alguns corpos
216 d'água no município de Cuiabá. Após, iniciou-se a apresentação da Nota Técnica
217 "Avaliação das metas de qualidade da água do Enquadramento Transitório das bacias
218 urbanas de Cuiabá-MT", pelo Analista de Meio Ambiente Walter Corrêa Carvalho Junior,
219 que discorreu acerca dos objetivos, motivações, o contexto legal acerca do
220 enquadramento transitório, explicou os principais parâmetros para classes de qualidade.
221 Apontou um a um os pontos de monitoramento, os resultados obtidos, quais as classes
222 que os corpos d'água se enquadram apontadas pelo monitoramento, sugeriu alterações
223 dos pontos de controle. Destacou que neste ano de 2020 o monitoramento será feito pelo
224 Laboratório da SEMA, pois até então era realizado pela Águas Cuiabá e repassado a
225 SEMA os resultados obtidos. Ao final, apontou os desafios a serem superados, fez
226 recomendações e indicou possibilidades de soluções. Finda a apresentação, fora feita
227 uma inclusão de pauta do seguinte tema: Indicação de entidades/órgãos para compor o
228 Grupo de Acompanhamento da Elaboração do Plano Integrado de Recursos Hídricos das
229 Unidades de Planejamento e Gerenciamento Alto Paraguai Médio e Alto Paraguai
230 Superior – GAE P2/P3. O Sr. Noquelli, explicou que o GAE P2/P3 faz o acompanhamento
231 do primeiro plano de bacia que a SEMA está fazendo dentro do estado de Mato Grosso, é
232 um plano que está sendo financiado pela ANA e executado pela UNISELVA através dos
233 professores da UFMT do departamento de Engenharia Sanitária. Este plano foi assinado
234 em 2017, começou a ser executado em 2018, e até o momento apenas o diagnóstico foi
235 aprovado. Este ano temos a previsão de serem aprovados o prognóstico, plano de ação,
236 manual operativo do plano e enquadramento, uma vez que, este plano está previsto para
237 ser entregue em maio de 2021. O GAE surgiu no CEHIDRO, tendo como integrantes
238 deste Conselho os seguintes: Nascentes do Xingu; Secretaria de Estado de Cidades;

239 Federação de Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso; Federação das
240 Indústrias do Estado de Mato Grosso; Universidade do Estado de Mato Grosso;
241 Secretaria de Estado de Educação, Esporte e Lazer; Associação Brasileira de Engenharia
242 Sanitária; Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Mato Grosso. No entanto, em
243 razão da nova composição do CEHIDRO, se faz necessário reformularmos o GAE. A
244 Conselheira Laura, representante da FAMATO, pediu a palavra. Falou que, no ano
245 passado houve pouca participação efetiva dos integrantes do GAE, e nesse momento da
246 votação nós temos que pensar nisso, quem realmente vai fazer um bom trabalho dentro
247 do GAE, porque é um trabalho muito bom, pois estamos pegando ele no início então é
248 realmente o momento de pegarmos firmes nele. E temos todos os problemas internos do
249 grupo, com os atrasos, mas nós temos que dar toda a atenção para que não seja como
250 muitas coisas de hoje, que temos que consertar coisas que foram feitas de qualquer jeito
251 no passado e a gente ter que refazer o trabalho de vinte anos atrás. O Secretário
252 Executivo, apresentou a proposta de composição do GAE. Reforçou que gostaria da
253 participação efetiva dos integrantes dos Comitês de Bacia, uma vez que, no ano passado
254 muitos deixaram a desejar. O Conselheiro Marcelus Mesquita, representante do
255 SINDENERGIA/MT, falou que participa de Comitê de Bacia e acredita que se a reunião
256 for lá na região talvez tenha até quórum de representantes dos Comitês, mas se for em
257 Cuiabá quem é que vai subsidiar a vinda deles aqui?. Então, eu vou dar exemplo, no
258 Cabaçal tem município que está distante um do outro mais de duzentos quilômetros, o
259 prefeito não tem dinheiro para mandar um funcionário da prefeitura para participar de uma
260 reunião de Comitê em Cáceres, então ele nunca vai. Agora, imagina trazer doze
261 pessoas?!. A conselheira Monicke, representante da FIEMT, indagou se não há como
262 fazer essa reunião por vídeo conferência. A conselheira Lorena, representante da SEMA,
263 esclareceu que no ano passado a SEMA ofereceu esse suporte, obviamente precisa ter
264 uma certa antecedência, por conta dessas questões burocráticas de diárias, de processo
265 administrativo. Mas foi oferecido sim, recursos do PROGESTÃO para que o pessoal
266 viesse as reuniões. O conselheiro Marcelus Mesquita, representante do
267 SINDENERGIA/MT, então sugeriu que como terá reunião do CBH Cabaçal em Cáceres
268 no próximo dia 20, que seja repassada essa informação. A conselheira Monicke,
269 representante da FIEMT, falou que acompanhou parte das reuniões e realmente não teve
270 a participação tanto pública, quanto dos membros do CEHIDRO. Foi um ou outro, e os
271 que foram só passou, não acompanhou a apresentação inteira, não levantou questões,
272 acabou que ficamos no debate só eu e Laura, pedindo esclarecimento. Então, quem vai



273 participar do GAE, que vá preparado, fazendo a leitura, fazendo estudos disso, podendo
274 até mesmo ajudar o pessoal da UFMT a repassar as informações de forma mais clara,
275 porque nós tivemos um pouco de dificuldade com quem da UFMT foi passar as
276 informações e quem foi na audiência estava mais confuso do que quem estava lá. O
277 conselheiro Herman, representante do Instituto Caracol, pediu a palavra. Para entender,
278 essas oficinas não deram resultado por obviamente, baixa participação, principalmente
279 dos representantes dos Comitês é isso?. Segunda pergunta, se eu bem entendi o nobre
280 representante aqui da AMM é um articulador?. Terceira pergunta, antes de fazer essas
281 oficinas, tirando o fato de que as Secretarias, talvez seriam o principal foco de articulação
282 local, se teria uma forma de fazer uma articulação local, uma mobilização notadamente
283 nos Comitês também, pois notadamente é um dos principais focos né, para depois
284 oferecer esse momento de discussão. O Secretário Executivo, respondeu que não foi só
285 baixa de Comitê não, foi baixa geral. Não podemos jogar a culpa neles não, porque
286 parece que você (referindo-se ao conselheiro Herman) olhando de fora é, mas acontece
287 que a gente sente que o Comitê tem a atribuição, ele precisa estar envolvido nesse
288 processo. Sobre a AMM, ela não é um articulador. E realmente ela não participou
289 ativamente no biênio passado. Exemplo, a SINDENERGIA fez contato com os seus para
290 participarem das reuniões. A FIEMT e FAMATO também fizeram contato com os seus.
291 Nós, na nossa esfera, nas nossas regionais, os nossos contatos também. A AMM também
292 poderia ter feito isso com os municípios. Então é por isso que a gente precisa desses
293 representantes fortes que queiram participar porque é este o momento de discussão,
294 porque se não vai sair um plano que não vai refletir a realidade da sociedade local. A
295 conselheira Laura, representante da FAMATO, pediu a palavra. Realmente a baixa não foi
296 só dos Comitês, a baixa foi geral. Nós começamos essa discussão em 2018, passou 2019
297 e estamos em 2020 e só conseguimos o diagnóstico. E assim, o problema foi tanto aqui,
298 nas reuniões do próprio grupo, porque era muito fraca as resoluções dentro das reuniões
299 do grupo, não avançavam. E, quando a gente saiu para o público externo, para fazer as
300 reuniões públicas para capitalizar essas informações das regiões, não tinha tanto público
301 comum, como os convidados pelas representatividades. Então assim, onde foi o erro nós
302 não sabemos. E assim, quanto a sua sugestão (referindo-se ao conselheiro Herman) foi
303 feito, foi amplamente divulgado, em rádios, dentro da Universidade, e cada entidade
304 representativa convidava os seus representados, fazia a mídia social, fazia tudo e não
305 houve mesmo um retorno. Então cabe a nós, pelo menos fazer o puxão de orelha em
306 quem faz parte do grupo, para a participação ser maior e a gente conseguir atingir o maior

307 público externo possível. A conselheira Inês, representante da Águas Cuiabá pediu a
308 palavra. Então não seria preferível esperar mais um pouco, para que se faça um trabalho
309 de articulação?. O Secretário Executivo, respondeu que apesar de ser o ideal,
310 infelizmente isso não seria possível. O visitante, Marcos Vinicius pediu a palavra. Disse
311 que está a duas semanas trabalhando como estagiário juntamente com Leandro, Gerente
312 de Fomento e Apoio aos Comitês de Bacia - SEMA, atuando na parte de comunicação
313 dos Comitês de Bacia. E eu vou fazer um apontamento/um depoimento. Eu fiquei muito
314 feliz que você ter (referindo-se ao conselheiro Herman) comentado alguma coisa sobre
315 rádio, sobre mídias sociais e é um apontamento que ninguém questionou durante toda a
316 discussão, do porque não houve o engajamento dentro dessas reuniões. Eu acho que é
317 bom também se fazer uma autoanálise para saber se as pessoas conhecem os Comitês
318 de Bacia e até mesmo o CEHIDRO. Então assim, se pensar porque principalmente as
319 pessoas de fora não frequentam esses espaços, não estão nessas audiências, não
320 conhecem essa realidade. E as vezes essa informação não chega, eu digo isso porque
321 chegando agora para cuidar dessa comunicação dos Comitês de Bacia, há um problema
322 muito grande para você conseguir se comunicar com esses lugares e pessoas.
323 Conversando com Leandro, a gente tem alguns sites dos Comitês que a gente está
324 tentando mobilizar conteúdo para esses sites, tentar fazer com que as pessoas conheçam
325 a realidade dos Comitês, saibam que eles existem o que eles fazem. Para depois também
326 começar a se pensar como mobilizar essas pessoas para irem até esses espaços. Não
327 adianta a gente questionar o porquê essas pessoas não estão indo se as vezes elas nem
328 tem conhecimento deles, ou as vezes não sabem o seu poder de atuação. E acredito que
329 isso seja um problema geral. Então esse é um pedido para que pensem na comunicação,
330 porque a comunicação é muito importante. A conselheira Lorena, representante da
331 SEMA, pediu a palavra. Eu concordo que teríamos que ter uma situação ideal, mas
332 estamos falando de uma parceria que tem um prazo previsto para terminar. Então eu
333 acho que não podemos protelar isso, a definição tem que ser hoje, porque a UFMT já
334 mandou o novo calendário e nós vamos mandar para quem? Quem é o GAE? Quem vai
335 analisar?. Então assim, tudo tem prazo e esse prazo já foi prorrogado. Já estamos no
336 prazo máximo. E quem for participar do grupo, que realmente se comprometa, que leia,
337 que estude para não atrasar ainda mais o cronograma. E, enquanto isso nós vamos
338 tentando essas novas vertentes de comunicação. Os novos integrantes do CEHIDRO que
339 sejam mais atuantes. Vamos tentar sanar essas lacunas. O Sr. Noquelli, informou que o
340 objetivo desse grupo é receber o produto, prognóstico e ver se está a contento, para que

341 possamos ir para campo. A conselheira Lorena, representante da SEMA, fez a seguinte
342 ressalva: “a entidade que for indicada pelo CEHIDRO e pelo Comitê de Bacia para
343 integrar o GAE, terá direito a apenas um voto, mesmo que teoricamente ocupe duas
344 vagas no grupo”. Então fica a dica para caso os Comitês queiram trocar. Passou-se então
345 a votação para a indicação das entidades/órgãos a ocuparem as nove cadeiras
346 destinadas ao CEHIDRO. A proposta era a indicação de nove entidades/órgão pelo
347 CEHIDRO, distribuídos da seguinte forma: Três representantes de usuário de água; Três
348 representantes do Poder Público, e; Três representantes da Sociedade Civil Organizada.
349 No entanto, manifestaram interesse em integrar o referido Grupo apenas as seguintes
350 entidades: Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso – FAMATO;
351 Federação das Indústrias de Mato Grosso – FIEMT; Sindicato da Construção, Geração,
352 Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica e Gás no Estado de Mato Grosso -
353 SINDENERGIA/MT; Associação dos Aquicultores do Estado de Mato Grosso –
354 AQUAMAT; Associação de Produtores de Feijão, Trigo e Irrigantes – APROFIR; e,
355 Secretaria de Estado de Agricultura Familiar e Assuntos Fundiários – SEAF. Desse modo,
356 acordou-se que as entidades/órgãos acima indicadas integrariam o GAE, restando três
357 vagas a serem preenchidas por representantes da Sociedade Civil Organizada e
358 representantes do Poder Público. A Secretaria Executiva do CEHIDRO encaminhará e-
359 mail aos Conselheiros os informando acerca das vagas e solicitando manifestação dos
360 mesmos quanto ao interesse em ocupa-las. Como a maioria dos informes foram passados
361 aos Conselheiros na apresentação feita pelo Secretário Executivo, Luiz Noquelli, o
362 mesmo, ao final, apenas exibiu a frequência dos Conselheiros nas reuniões Ordinárias do
363 CEHIDRO no biênio 2018/2019. Nada mais havendo a declarar a Sra. Lilian Ferreira dos
364 Santos encerrou a reunião às 17h07min e eu, Danielly Guia da Silva, lavrei esta ATA que
365 será assinada pela Presidente e pelo Secretário Executivo do Conselho Estadual de
366 Recursos Hídricos – CEHIDRO.

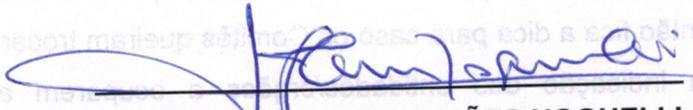
367
368
369
370


371 **MAUREN LAZZARETTI**

372 Presidente do CEHIDRO

373
374

375
376
377
378



LUIZ HENRIQUE MAGALHÃES NOQUELLI
Secretário Executivo do CEHIDRO



MAUREN LAZARETTI
Presidente do CEHIDRO

341
342
343
344
345
346
347
348
349
350
351
352
353
354
355
356
357
358
359
360
361
362
363
364
365
366
367
368
369
370
371
372
373
374